

**HABEAS CORPUS Nº 563.327 - SP (2020/0045584-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE** : **RAFAEL MIGUEL JUNQUEIRA E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **MARCIO VALERIO JUNQUEIRA - SP297324**  
                  **GILBERTO SILVA PAIVA JUNIOR - SP329074**  
                  **RAFAEL MIGUEL JUNQUEIRA - SP406185**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **DIEGO DA SILVA BERTOLINO (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**DIEGO DA SILVA BERTOLINO** alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de demora no julgamento da Apelação Criminal n. 1500208-95.2019.8.26.0210, pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

No presente *writ*, os impetrantes sustentam que há excesso de prazo para o julgamento da apelação interposta pela defesa contra a sentença que condenou o paciente à pena de 8 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso, duas vezes, no art. 1º, II, c/c o § 4º, II, da Lei n. 9.455/1997, na forma do art. 69 do Código Penal, oportunidade em que lhe foi negado o direito de recorrer em liberdade.

Aduzem, ainda, que não estão presentes os requisitos necessários à decretação da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Requerem a concessão de liberdade ao paciente, com a consequente expedição de alvará de soltura.

A liminar foi indeferida (fls. 481-483).

Prestadas informações (fls. 489-505), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 507-509).

**Decido.**

Depreende-se dos autos e das informações prestadas que não há nenhuma notícia de que o Tribunal *a quo* tenha analisado a legalidade da sentença condenatória no que tange à negativa do apelo em liberdade, o que impede a sua apreciação por esta Corte Superior, sob pena de incidir em indevida supressão de instância.

Sobre o alegado excesso de prazo para o julgamento da apelação, faço lembrar que os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento do excesso deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

Ademais, ressalto que "eventual excesso de prazo no julgamento da apelação deve ser aferido em face da quantidade de pena imposta na sentença condenatória" (HC n. 234.713/CE, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, 5ª T., DJe 28/6/2012).

De acordo com os documentos que instruem este habeas corpus, constato que a sentença condenatória foi publicada em cartório no dia 12/9/2019 (fl. 383), a defesa interpôs a insurgência em 25/9/2019, na qual declarou que apresentaria suas razões na superior instância (fl. 393). O réu foi intimado pessoalmente para ciência da sentença condenatória em 1º/10/2019, por meio de carta precatória. Em 24/10/2019 os advogados constituídos do recorrente apresentaram as razões recursais (fls. 439-450) e o Ministério Público estadual protocolou suas contrarrazões em 31/10/2019 (fls. 456-459).

Remetidos os autos ao Tribunal de Justiça, a apelação foi distribuída em 14/11/2019, data em que foi encaminhada ao *Parquet* para apresentação de parecer, o que fez em 26/11/2019 (fls. 470-476).

O processo foi concluso ao Desembargador relator no dia 13/12/2019 (fl. 477), que, em 31/1/2020, determinou a sua remessa à Presidência da Seção de Direito Criminal para redistribuição, diante de sua permuta para a 11ª Câmara de Direito Criminal a partir de 3/2/2020.

Nesse contexto, **considerando que a apelação foi interposta em 25/9/2019 e a pena total a que foi condenado o paciente foi de 8 anos e 9 meses de reclusão pelo delito de tortura, praticado contra sua filha e sua enteada, ambas com 6 anos de idade, não verifico, sob essa angulação, flagrante excesso de prazo** para o julgamento do recurso, pois não foi demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o apenado esteja impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da sua pena.

Nesse sentido:

[...]

2. **O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em julgamento, bem como a pena imposta na sentença condenatória.**

3. Na hipótese, a defesa apresentou as razões recursais, em segundo grau, em 26/10/2016. O órgão acusatório foi devidamente intimado para apresentar as contrarrazões e, logo após, os autos foram encaminhados à Procuradoria Geral, que ofertou parecer, tendo sido conclusos ao relator, em 17/4/2017, para estudo. Nesse contexto, considerando a pena imposta na sentença (10 anos de reclusão), os trâmites necessários, a complexidade do feito, pois cuida-se de assalto à empresa, com apelação de dois réus, não se visualiza desídia que possa ser atribuída ao Tribunal, que justifique o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

4. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensão, ordem denegada. **(HC n. 403.016/RJ, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 15/8/2017, grifei)**

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**